

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 73ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

Grupo de Trabalho:	GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural
Reunião:	73ª Reunião
Data:	06/10/2023 – 9h às 12h
Local:	<i>Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/wrs-xwyb-rnz</i>
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foi apresentado uma palestra sobre minimizar os eventos de inundação; foi apresentado uma proposta de um novo modelo de relatório anual da Política de Proteção de Mananciais e informações acerca do processo licitatório (PMMA e Cerrado); e informações sobre o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos.
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1. Abertura;2. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 72ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 14/09/2023, via videoconferência;3. Planos de Macrodrenagem e a Política de Mananciais PCJ:<ul style="list-style-type: none">- Apresentação: Alternativas Tecnológicas para a minimização dos eventos de inundação no território abrangido pelos Comitês PCJ (Rinaldo Calheiros – SINERGIA Ambiental);4. RELATÓRIO ANUAL da Política de Proteção de Mananciais (2023):<ul style="list-style-type: none">- Apresentação de uma proposta de um novo modelo de relatório (Marina Barbosa - Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ);5. TR-PMMA e Cerrado – atualização do processo licitatório e contratação final;<ul style="list-style-type: none">- Marina Barbosa - Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ;6. Outros assuntos;7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	<p>A reunião foi iniciada pelo Sr. Henrique Bellinaso (CATI/SAA), coordenador do GT-Mananciais e pelos Srs. João Demarchi (IZ/APTA), coordenador da CT-RN, e João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador da CT-Rural, que agradeceram a presença de todos e desejaram uma boa reunião.</p> <p>Quanto ao item 2, o Sr. Henrique informou aos presentes sobre o envio da minuta de Memória Técnica da 72ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 14/09/2023, junto da convocação e informou que houve algumas correções no texto e que posteriormente encaminharia para coordenação, sendo assim, ficou estabelecido a aprovação da minuta para a próxima reunião.</p> <p>Quanto ao item 3, o Sr. Henrique convidou o Sr. Rinaldo Calheiros, consultor da SYNERGIA Ambiental para realizar uma apresentação sobre a correlação dos Planos de Macrodrenagem e a Política de Mananciais das Bacias PCJ. O Sr. Rinaldo agradeceu a oportunidade e iniciou apresentando os objetivos gerais do Plano Diretor de Macrodrenagem (PDM) da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Jundiáí, dando ênfase em reduzir progressivamente a frequência, a intensidade e a gravidade das ocorrências de enchentes. Em seguida, apresentou um modelo sobre a criticidade das Bacias Afluentes e os resultados da simulação Hidrodinâmica, informando que mesmo sendo um trecho com uma tranquilidade relativa, possui problemas de falhas de colapso sendo em média 04 erros em sua simulação. Na sequência, abordou sobre os Prognósticos (Ações Imediatas e Não Estruturais) apresentando a previsão de desenvolvimento da bacia do Jundiáí por um período de 20 anos, com um incremento populacional de 36% em área urbana, 45% de área impermeável e 2,9% na geração do escoamento superficial, mostrando o resultado da simulação hidrodinâmica em comparação entre os cenários: Diagnóstico x Prognóstico.</p>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 73ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

Nesse sentido, apresentou as intervenções estruturais propostas, sendo: i. considerações; ii. solução contra cheias; iii. análise. Diante disso, apresentou o cenário recomendado, as medidas estruturais: canalização e bernas, a estrutura do Plano de Ações, ações de drenagem sustentável-rural, Programas para medidas estruturais e não estruturais. Mostrou quais seriam os resultados da simulação executando as medidas estruturais recomendadas, o resumo e o custo total dos Programas propostos necessários para investir nessa tecnologia para a minimização dos eventos de inundação nesse território. Continuando, o Sr. Rinaldo informou que a Synergia é uma consultoria que trabalha na criação e na execução de soluções efetivas para os desafios socioambientais de organizações públicas e privadas. Destacou sobre a atuação nos recursos hídricos com foco na infraestrutura verde e soluções de sustentabilidade hídrica, sendo: i. Plano de Autossuficiência Hídrica; ii. Quantificação de Potencial de Produção de Água; iii. Segurança dos Mananciais; iv. Plano de Monitoramento Hidrológico. Após a apresentação, o Sr. Henrique agradeceu e abriu para dúvidas e esclarecimentos. Por fim, comentou sobre a importância da segurança dos mananciais em relação a intervenção físico-hídrica nas bacias hidrográficas do PCJ. Após a apresentação, os membros dialogaram sobre o conteúdo apresentado pelo palestrante. Concluindo, o Sr. Rinaldo agradeceu as contribuições dos membros e o Sr. Henrique deu continuidade aos próximos itens de pauta.

Quanto ao item 4, a Sra. Marina Barbosa (Assessoria Ambiental/Agência PCJ) apresentou mais informações sobre uma proposta de um novo modelo de Relatório Anual da Política de Proteção de Mananciais do ano de 2023. Mostrou as informações contidas em cada capítulo na estruturação do Relatório, o qual será enviado até o dia 11/10, tendo até 20/10 para revisões e sugestões dos membros.

Quanto ao item 5, a Sra. Marina Barbosa (Assessoria Ambiental - Agência PCJ) apresentou mais informações sobre o TR do PMMA e Cerrado informando que a licitação está no processo de habilitação das 3 empresas que estão concorrendo, e como houve recurso, a previsão para abertura dos envelopes B será na segunda quinzena de outubro e assinatura do contrato possivelmente no período de 23 a 27/10.

Quanto ao item 6, em relação a outros assuntos, a Sra. Marina informou sobre alguns ajustes necessários no Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos. Explicou que seria necessário atualizar o ano de exercício (2023 para 2024) e suspender momentaneamente o tema “conservação do solo em áreas agrícolas”. Informou que os valores foram atualizados, anteriormente estavam até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e agora passam a ser de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Reforçou que esse Ato Convocatório está em processo de elaboração e compatibilização com a revisão da Política de Mananciais das Bacias PCJ e que em breve será apresentado para aprovação no âmbito dos Comitês PCJ. Informou que no mês de novembro/23 a Agência PCJ organizará uma oficina para os tomadores obterem mais informações e esclarecimentos. Diante disso, solicitaram a palavra os Srs. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra), João Baraldi (SR Rio Claro), João Demarchi (IZ/APTA), Miguel Madalena Milinski (AAMHOR/ DAAE - Rio Claro), Claudia Grabher (INEVAT), Henrique Bracale (TNC Brasil) e Henrique Bellinaso (CATI/ SAA) que discutiram e discordaram sobre a suspensão momentânea da “conservação de solo em áreas agrícolas” no Ato Convocatório. Diante disso, o Sr. André Navarro (SEMIL/SP), Secretário Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, explicou que em reunião com a Diretoria Técnica da Agência PCJ chegou-se à conclusão que seria importante um aprofundamento maior para entender o que realmente seria colocado no Ato Convocatório em relação aos critérios e prioridades em relação ao tema “conservação do solo em áreas agrícolas”. Destacou a importância de orientar os tomadores de recurso de forma mais objetiva. Explicou que em razão do tempo para se fazer correções e melhorias

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 73ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

	<p>no documento, pois a próxima reunião da CT-PL será no dia 16/10, o Sr. André propôs aos membros que o Ato Convocatório ficaria dessa forma e para próxima reunião da CT-PL, prevista para ocorrer em novembro/23, poderia ser elaborado um novo Ato Convocatório específico e objetivo para “conservação do solo”. Após as discussões, os membros sanaram as dúvidas que foram esclarecidas pelo Sr. André e pela Sra. Marina e concordaram com a proposta apresentada.</p> <p>Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Demarchi agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.</p>
Próxima reunião:	74ª Reunião – 10/11/2023 às 9h.
Observações:	Política de Mananciais dos Comitês PCJ - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Allan Campos (Agência das Bacias PCJ)
2	André Navarro (SEMIL/SP)
3	Antonio Alvaro Buso Junior (Fundação Florestal)
4	Claudia Grabher (INEVAT)
5	Daniel Prezotto Longatto (P.M. de Piracicaba)
6	Eduardo Paniguel (Consórcio PCJ)
7	Fábio Coca (Agência das Bacias PCJ)
8	Henrique Bellinaso (CATI/SAA)
9	Henrique Bracale (TNC Brasil)
10	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SEMIL/CFB)
11	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)
12	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro)
13	Luiza Ishikawa Ferreira (Jaguatibaia)
14	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (IPSA-C)
15	Marina Barbosa (Agência das Bacias PCJ)
16	Matheus Luís Docema (P.M. de Limeira)
17	Miguel Madalena Milinski (AAMHOR/ DAAE - Rio Claro)
18	Paola Mandetta Tokumoto (P.M. de Charqueada)
19	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra)
20	Renato Garofalo (ASSEMAE/ SANASA)
21	Rinaldo Calheiros (SYNERGIA Ambiental)
22	Tiago Geogertte (Agência das Bacias PCJ)